OBSERVARE
Universidade Autónoma de Lisboa
e-ISSN: 1647-7251
VOL. 17, Nº. 2
Novembro 2026-Abril 2027

JANUS.NET
e-journal of International Relations

ENTRE A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL E A INSTABILIDADE INTERNA: A ADESÃO DA GUINÉ-BISSAU À UEMOA E O CONFLITO ARMADO DE 1998

IVANILDO CARLOS GOMES
carlosivanildounilab@gmail.com
Mestrando em Relações Internacionais no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Fundação Universidade Federal do ABC (Brasil). Graduado em Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e Relações Internacionais pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), no Instituto de Humanidades e Letras, Campus dos Malês. https://www.orcid.org/0009-0000-5432-8907

Resumo

O presente artigo fornece uma análise sobre o conflito armado de 7 de junho de 1998, na Guiné-Bissau, depois da sua integração econômica na UEMOA. O principal propósito é ir além de narrativas populistas e simplistas que relatam essa guerra como apenas uma tentativa fracassada de golpe de Estado. O estudo foi dirigido por meio de uma abordagem qualitativa, acompanhada de pesquisa bibliográfica, explicativa e descritiva. Assim, o trabalho destaca que esse conflito está repleto de muitas nuances e tensões geopolíticas e que a maioria do relato histórico conhecido por muitos guineenses é apenas a ponta de iceberg. Na base disso, ao longo deste artigo é possível constatar que essa guerra teve causas internas e externas. Parte-se das hipóteses que, endogenamente, as causas que contribuíram para conflito são tensões política (luta pelo poder no seio do partido PAIGC), econômica, militar, étnica e pessoal, já exogenamente, teve influência do conflito na região de Casamansa, a integração do país na UEMOA, e a disputa geopolítico entre França, Senegal, Guiné-Conacri (CEDEAO) contra Portugal, Cabo-Verde (CPLP). Por isso, conclui-se que, a integração da Guiné-Bissau na UEMOA por si só não pode ser considerada a causa da guerra. No entanto, pode ser vista como parte de um contexto mais amplo de tensões políticas, crispações socioeconômicas, tensões étnicas, corrupção, violência estrutural herdada da luta de libertação nacional e que ajudaram a criar um ambiente propício ao conflito.

Palavras-Chave

Conflito Civil; Guiné-Bissau; UEMOA; CEDEAO; CPLP; Senegal.

Abstract

This scientific work provides an analysis of the Bissau-Guinean armed conflict of june 7, 1998, following its economics integration into the West African Economic Monetary Union (UEMOA). The main purpose of this article is to go beyond populistic and simplistic narratives that characterizes the conflict as merely the failed attempt of coup. Methologically, this study was conducted using a qualitative approach accompanied by bibliographic technique, explanatory and descriptive research. Thus, this article highlights that the conflict of june 7, 1998, is fraught with many nuances and geopolitical tensions hiden from the most of the historical account known to many Bissau-guinean that makes it a tip of the iceberg. Based on this, throughout this article, it's possible to understand that the conflict had external and internal causes. It is assumed that, endogenously the causes that contributed to the collision of the conflict are political (the power struggle within PAIGC party), economic, military, ethnic and personal tensions. Exogenously, the conflict in the Casamance region, the country´s

integration into the UEMOA and the geopolitical dispute between France, Senegal and Guinea (Senegal & Guinea - ECOWAS) against Portugal and Cape Vert (CPLP) are the causes. Therefore, it can be concluded that Guinea-Bissau´s integration into UEMOA alone cannot considered and explained as the cause of the conflict. However, it can be seen as part of a broader context of political tensions, socioeconomic tensions, ethnic tensions, corruption and patrimonialism, and structural violence inherited from the national liberation struggle which helped to create an environment conducive to conflict.

Keywords

Civil Conflict; Guinea Bissau; UEMOA; CEDEAO; CPLP; Senegal.

Como citar este artigo
Gomes, Ivanildo Carlos (2026). Entre a Integração Econômica Regional e a Instabilidade Interna: A Adesão da Guiné-Bissau à UEMOA e o Conflito Armado de 1998. *Janus.net, e-journal of international relations*. VOL. 17, Nº. 2, Novembro 2026-Abril 2027, pp. 524-542. DOI https://doi.org/10.26619/1647-7251.17.2.26

Artigo submetido em 4 de maio de 2026 e aceite em 14 de agosto de 2026.

ENTRE A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL E A INSTABILIDADE INTERNA: A ADESÃO DA GUINÉ-BISSAU À UEMOA E O CONFLITO ARMADO DE 1998

IVANILDO CARLOS GOMES

Introdução

Refletir sobre a África sempre demanda muita precaução, dedicação e análises pontuais, pois historicamente é notável que alguns países da África Ocidental às vezes só aparecem e são centros de atenções do cenário internacional situações de crises como: violações das ordens constitucionais, a fome, a violação dos direitos humanos, terrorismo, assassinatos. A Guiné-Bissau, em particular, desde a sua independência, vivenciou diversos episódios de assassinatos, golpes e tentativas de golpes de Estados, sequestros, espancamentos, desaparecimentos de pessoas sem nenhuma explicação, entre outros. Esses acontecimentos transformaram o país não apenas em um território inseguro, contudo, também em um espaço marcado pela subversão de ordem constitucional. No entanto, é importante salientar que essa realidade não se restringe exclusivamente à Guiné-Bissau.

Situada na África Ocidental, a Guiné-Bissau, assim como a maioria dos países africanos, sofreu com o processo de colonização europeia, tendo sido invadida e permanecendo sob domínio colonial português durante muitos anos, até conquistar sua independência em 24 de setembro de 1973, mediante uma luta armada. Diga-se, que o processo da colonização portuguesa na Guiné-Bissau pode ser dividido em dois períodos marcados pelas violências direta, cultural e estrutural. Segundo Gonçalves (2022):

> *[...] O primeiro compreende do "período dos descobrimentos" aos meados de 1879, quando a Guiné-Portuguesa ganha autonomia administrativa em relação à Cabo Verde e é marcado por inúmeros conflitos, mormente violentos, com algumas monarquias locais (que competiam entre si) e alguns países europeus, nomeadamente França e Reino Unido, que lutavam pela "hegemonia colonial" na África Ocidental [...] a conflitualidade desse processo, principalmente o interesse dos franceses nos "domínios" portugueses, em especial na Guiné-portuguesa, vista como um entrave ao projeto imperial francês na região, além de alterar as dinâmicas de poder na região, incitaram aquilo que se pode designar como a ocupação efetiva, o segundo momento da colonização portuguesa da atual Guiné-Bissau, em meados do século XIX, de fato, aliado a alguns acontecimentos marcantes, como a independência do Brasil, e algumas ocorrências no seio da metrópole,*

> *nomeadamente, a guerra civil ou liberal (1832-1834), essas dinâmicas fizeram com que Portugal modificasse a sua política colonial para com a África, Guiné portuguesa neste caso específico, tendo iniciado o processo de ocupação efetiva em meados do século XIX* (Gonçalves, p. 69, 2022).

Após anos de independência e de conquista da autonomia em relação à Cabo-Verde, torna-se pertinente analisar as dificuldades que a Guiné-Bissau enfrenta para se firmar e consolidar como um Estado democrático e pacífico.

De modo geral, ao observar a história da Guiné-Bissau, compreende-se que ela foi marcada por períodos conturbados, caracterizados por golpes e tentativas de golpes de Estados, assassinatos, instabilidades políticas e prisões arbitrárias. Para Gonçalves (2022), e Bottino (2023), esses acontecimentos representam manifestações dos efeitos nefastos do domínio colonial, das práticas violentas desse período e da luta pela descolonização. Tais eventos acabaram deixando raízes profundas nas dinâmicas conflitantes do país, no período pós-independência, ou seja, o que se vive no país no período pós-independência, de modo que os problemas observados atualmente refletem heranças de um processo histórico marcado pela violência colonial e pela luta armada pela libertação nacional.

Escrever sobre esse tema é extremamente importante, não apenas pelo seu marco na história da Guiné-Bissau, mas também pelas profundas consequências na política, na economia, na sociedade e na valorização da memória histórica. No entanto, apesar de seus significativos, a guerra de 1998 continua bastante negligenciada no meio acadêmico. Nesse contexto, torna-se necessário desenvolver estudos que abordem, de forma crítica, como as clivagens internas e interpessoais contribuíram para esse conflito, assim como o papel das disputas geopolíticas na sua intensificação e na dificuldade da sua resolução. Estudos desse tipo são necessários não apenas para estudar e compreender o passado, mas também para alertar sobre os desafios atuais no país. De modo geral, ao propor este estudo, o objetivo deste artigo é ir além de narrativas populistas e simplistas que relatam esse conflito como apenas uma tentativa fracassada de golpe de Estado. O que muitos desconhecem é que esse conflito está repleto de muitas nuances e tensões geopolíticas, sendo que muitos dos relatos históricos conhecido pelo povo guineense é apenas a ponta de iceberg.

A metodologia constitui um elemento fundamental de qualquer trabalho acadêmico, pois orienta o pesquisador na escolha dos métodos mais adequados para alcançar os objetivos traçados e responder às perguntas de pesquisa. Neste sentido, o presente artigo baseia-se em uma pesquisa de natureza bibliográfica, a qual, segundo Fonseca (2002):

> *É feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas para*

> *recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta* (Fonseca, 2002, p. 31).

Além da pesquisa bibliográfica, este trabalho utilizou abordagem qualitativa, acompanhada de pesquisas de caráter explicativa e descritiva, com objetivo de aprofundar o entendimento sobre o conflito e outros acontecimentos na Guiné-Bissau. Em conformidade com Gil (2008), a pesquisa explicativa tem como a "preocupação principal identificar os fenômenos que determinam e contribuem para a ocorrência dos fenômenos e possibilita mais profundo conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas".

Por fim, além da introdução e considerações finais, o artigo está estruturado em duas seções. A primeira seção aborda a trajetória política, geopolítica, econômica e social da Guiné-Bissau, incluindo os períodos mais marcantes da história do país até a colisão do conflito em 1998. A segunda seção concentra-se nas consequências desse conflito e nos impactos que ele ainda exerce sobre o país e sua população na atualidade. Trata-se de um trabalho multidisciplinar, que integra estudos que abrangem diversas áreas como: História, Ciências Humanas, Relações Internacionais e Geopolítica com ênfase nos acontecimentos históricos da Guiné-Bissau e na sua integração econômica.

O conflito civil de 1998 e suas dimensões históricas, geopolíticas e regionais

As dinâmicas históricas e tensões geopolíticas regionais mostram, na prática, como as consequências do colonialismo impactam a África, sobretudo quando consideração o processo de colonização europeia e os conflitos territoriais entre países limítrofes, especialmente na África Ocidental, envolvendo Guiné-Bissau, Guiné-Conacri e Senegal. É evidente que as delimitações territoriais destes três países, assim como os dos restos do continente, foram traçadas à luz dos interesses coloniais durante a Conferência de Berlim. Esse processo acabou desencadeando atritos entre essas nações no período pós-independência.

Para alguns autores como Gonçalves (2022), Laia (2022), Lopes (1994), Bottino (2023), e Gomes (2014), mostram que:

> *De fato, estando "encravada" entre territórios francófonos, o artificialismo das fronteiras impostas à luz dos interesses coloniais, acordo Luso-francês de 18861, afastando famílias/grupos étnicos e levantando barreiras geográficas e políticas, acabou por estar na base dos conflitos fronteiriços entre os recém-países, Guiné-Bissau, Senegal e Guiné-Conacri e teve um impacto significativo na violência armada na região senegalesa de*

[1] "No dia 12 de maio de 1886 a Convenção franco-portuguesa formalizou a cedência da soberania portuguesa sobre Casamansa, que se tornou de fato possessão colonial francesa só em 22 de abril de 1888, pondo fim aos 243 anos da presença portuguesa ao longo do rio Casamansa. Integrada no Senegal recém independente. Casamansa em 1960 passou a ser uma das suas sete regiões administrativas" (Bottino, 2023).

> *Casamansa2, cujas dinâmicas influíram no conflito violento de 1998-1999 na Guiné-Bissau* (Gonçalves, p. 69, 2022).

De facto, falar do legado da colonização europeia na África não se limita somente à aculturação e a assimilação das populações. Trata-se de uma análise que vai além da difusão das línguas coloniais e da pilhagem dos territórios ocupados, implicando a compreensão de numerosas consequências nos diversos setores geopolíticos sub-regionais e nas relações interestatais. Entre esses aspectos, destaca-se a disputa em torno da região de Casamansa, envolvendo o Senegal e as reivindicações de autonomia do Movimento das Forças Democráticas de Casamansa (MFDC). Esse conflito tem impacto particular nas relações entre o Senegal e a Guiné-Bissau, que, no período pós-independências, têm enfrentado divergências relacionadas com a delimitação de fronteiras.

As consequências da colonização europeia na região e nas relações interestatais são evidentes na região de Casamansa, que hoje pertence administrativamente à República do Senegal, mas que, séculos atrás foi colônia portuguesa. A partir de 1645, passou a estar administrativamente dependente da capitania de Cacheu, na atual Guiné-Bissau. A região só passou a ser administrada pela França a partir do dia 12 de maio de 1886, por meio da Convenção franco-portuguesa (ou acordo luso-francês). Neste sentido, Bottino (2023), aprofunda esta questão ao demonstrar que:

> *A presença portuguesa na região de Casamansa remonta aos séculos XV e XVI [...] No alvorecer do século XVII, há relatos de instalações de portugueses em Ziguinchor, provavelmente oriundos de grupos de lançados. No entanto, foi só em 1645 que Ziguinchor entrou formalmente dentro das possessões portuguesas, sendo administrativamente dependente da capitania de Cacheu (Guiné-Bissau). Na ausência de documentação suficiente até meados do século XIX, sabe-se que a influência portuguesa na região de Casamansa perpetuou-se a partir de três polos de transmissão cultural: o português continental, o cabo-verdiano e o guineense fronteiriço. Apesar da ação desse tríplice infiltração luso-falante (e crioulo-falante), Casamansa caiu logo às margens das prioridades coloniais lusitanas [...] A redução do controle português sobre Casamansa coincidiu com um crescente apetite expansionista francês sobre essa mesma região. Depois de algumas décadas de escaramuças entre luso-africanos e franceses devido às ambições territoriais e comerciais da França, somadas a não-demarcação dos limites entre o Senegal francês e a Guiné portuguesa, Ziguinchor, e assim Casamansa e Portugal, capitularam [...]* (Bottino, 2023).

[2] "Casamansa, cuja capital histórica é Ziguinchor, está localizada no sul do Senegal. Em conformidade com o sistema de organização territorial senegalês, Casamansa é atualmente dividida em três macro-unidades administrativas, as regiões de Ziguinchor, Sédhiou e Kolda. No Norte faz fronteira com a Gâmbia e no Sul confina com a Guiné-Bissau, outro país lusófono. Tal como a Guiné Bissau, Casamansa foi longamente um segmento do domínio português na África ocidental" (Bottino, 2023).

Além dessa questão geopolítica e da língua, sobrepuseram-se também a questão étnica, política e sociocultural, nas quais determinados grupos foram mais favorecidos e passaram a ocupar cargos altos, muitas vezes por atuarem como auxiliares dos colonos. Do mesmo modo, Silva (2021), afirma que "depois da conquista da independência, houve uma repulsa por parte do poder político e administrativo estatal em relação aos poderes tradicionais, desprezando estes poderes e os desconsiderando em nome da construção do Estado-Nação". A título de exemplo, o mesmo autor acrescenta que no período "pós-independência houve grande violência do Estado contra um expressivo número de chefes tradicionais em diferentes regiões do país, como o caso do chefe Manjaco Baticã, que foi julgado pelo tribunal popular e fuzilado em um campo de futebol diante da população".

Essa ideia corrobora a afirmação de Gonçalves (2022), segundo a qual essa hierarquização social gerou crispações internas entre os cabo-verdianos, os Fulas, frequentemente considerados "mestiços civilizados" e auxiliares dos colonos, e os guineenses, classificados como "indígenas". Consequentemente, este quadro mostrou-se nocivo para o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), tanto no decurso da luta armada quanto no processo da construção do Estado pós-colonial. Além disso, esteve diretamente ligado ao primeiro golpe militar no país, realizado pelo "Movimento Reajustador", em 14 de novembro de 1980.

Assim, após breve contextualização das consequências da colonização portuguesa, passo a dirigir a análise para os acontecimentos na Guiné-Bissau, desde o período pós-independência até ao conflito armado de 1998. Antes disso, é importante destacar que as práticas violentas do colonialismo e da luta armada contribuíram para que o país emergisse a partir de um partido fortemente militarizado (PAIGC), que assumiu a legitimidade de incorporar diversas funções estatais, nomeadamente executiva, legislativa e judiciária, (Goncalves, 2022). Esse quadro é evidenciado no artigo 4 da Constituição da República da Guiné-Bissau de 1973, no qual se estabelece que "na Guiné-Bissau o poder é exercido pelas massas trabalhadoras ligadas estreitamente ao PAIGC, que é a força política dirigente da sociedade" (Constituição da República da Guiné-Bissau, 1973).

Por mesmo ângulo, Nhaslambé (2024) afirma que a própria Constituição da República de 1973 institucionalizou essa centralidade, ao prever PAIGC como única força política e dirigente da sociedade. Tal configuração contribuiu para a geração de instabilidade estrutural e dificultou a consolidação de um sistema democrático plural.

A princípio, é importante destacar que, sete anos após conquistar a sua independência, em 1973, a Guiné-Bissau enfrentou seu primeiro golpe de Estado em, 14 de novembro de 1980, liderado por João Bernardo "Nino Vieira", que pôs fim a chamada I República e a grande parte das suas estruturas político-administrativas. Esse movimento depôs o então presidente Luís Cabral e levou ao colapso do projeto de unidade entre Guiné-Bissau e Cabo-Verde, idealizado desde o período anticolonial.

As justificativas mais conhecidas para esse golpe apontam que: "o golpe de Estado, chamado de Movimento Reajustador, seria uma forma de preservar a memória "tradicional" como contraponto à "modernização" defendida pelo governo de Luís Cabral" e a outra era "a defesa da cultura guineense face à exigência de unidade entre Guiné-Bissau e Cabo-Verde" (Silva, 2021). Embora essas explicações possam, até certo ponto,

parecer convincentes, é possível avançar uma leitura mais crítica, segundo a qual o golpe também refletiu a necessidade de afirmação política por parte dos guineenses. Isso porque, no período pós independência, muitos dos cargos de maior prestígio e influência eram ocupados por cabo-verdianos, tanto na Guiné-Bissau quanto em Cabo-Verde, o que contribuiu para o aprofundamento de tensões internas.

Contudo, esse golpe abriu caminho para quase duas décadas de governança de Nino, período marcado por elevados níveis de violência física e estrutural, incluindo prisões arbitrárias, perseguições e assassinatos. O Nino, só deixou o poder após um sangrento conflito civil que ocorreu entre junho de 1998 e maio de 1999, que ceifou a vida de muitas pessoas (Gomes, 2014).

Além desse golpe, também houve uma alegada tentativa de golpe de Estado, em 1985, conhecida como "O Caso 17 de Outubro[3]". Em 1986, Nino ordenou a prisão de inúmeros cidadãos, muitos dos quais pertencente a etnia Balanta, acusados de participação nesse golpe, culminando em tortura, julgamento e condenação à morte. O episódio ficou marcado pela morte de Paulo Correia, que na época era o Vice-Presidente do Conselho de Estado e Ministro de Estado da Justiça e Poder Local. Além dele, outras cinco pessoas, incluindo Viriato Rodrigues Pã, ex-Procurador-Geral da República, alto funcionário do Banco Nacional e do Ministério das Finanças, foram executadas por traição. Esse episódio fomentou profundas crispações étnico-sociais, pessoais, alimentando ressentimento e vontade de vingança (Gonçalves, 2022), (Carvalho, 2008).

Na verdade, existem estudos que indicam que Nino tinha intenções de se perpetuar no poder, adotando uma estratégia baseada na política de aniquilação de seus oponentes e de consumação alianças internas e regionais. Segundo Gonçalves (2022), "muito por culpa do papel desempenhado pelos Balantas[4] no período da luta armada, o protagonismo que exerciam no alto comando do exército, Nino numa luta pelo poder e protagonismo, embora tenha tido suporte destes no golpe de 1980, tentou limitar influência desse grupo étnico tendo eliminado alguns dos seus maiores nomes, pois os viam como obstáculos para sua permanência no poder".

É preciso não esquecer e não é exagero afirmar que o "autoritarismo de Nino, a sua interferência no exército, seu anseio em "eliminar" os seus opositores e limitar influência dos veteranos da guerra, a corrupção, a deterioração das condições de vida, fomentaram clivagens internas e reduziu o seu apoio por parte do exército" (Gonçalves, 2022). Portanto, é compreensível que esse golpe e a estratégia de Nino de se "perpetuar" no poder o tenham levado aproximar-se mais da francofonia do que da lusofonia, selando-se a "boa" relação de anos e de "unidade" que o país tinha com Cabo-Verde. Outrossim, as complexidades das clivagens regionais, sobretudo os conflitos violentos na Libéria e

[3] "Um dos acontecimentos políticos que envolveu a opinião pública nacional guineense e internacional nos anos 1985 e 1986, foi o dito "O Caso 17 de Outubro", no decorrer do qual 12 pessoas acusadas de fomentar um golpe de Estado na Guiné-Bissau, foram condenadas à morte e 6 acabaram por ser executadas" (Carvalho, 2008).

[4] "Os Balantas desempenharam um papel importante na luta armada pela independência e nos primeiros anos da Guiné-Bissau, principalmente no exército. Além disso, foram um dos principais apoiadores do denominado Movimento Reajustador de 1980 que levou ao poder Nino Vieira. A sua constante marginalização, principalmente depois de 1980 por parte do Nino Vieira, acabou por gerar descontentamento no seio do exército explícito no forte apoio à Junta Militar no conflito violento de 1998-1999" (Temudo, *apud*, Gonçalves, 2022).

Serra Leoa, levaram Nino a procurar aliados regionais na francofonia como forma de garantir a sua permanência no poder (Gonçalves, 2022).

Após a independência, a Guiné-Bissau foi governada por muitos anos pelo PAIGC, que, na altura, era a única força política dirigente de toda sociedade guineense. A democratização do país teve início em 1989, impulsionada por diversas críticas da comunidade internacional, que cobrava mudanças no sistema político, na gestão econômica e na implementação da democracia. Outro fator que facilitou a transição do regime do partido único para multipartidarismo foram as políticas impostas pelas agências Bretton Woods, nomeadamente o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Na época, a Guiné-Bissau enfrentava sérias dificuldades econômicas e financeiras, recorrendo a empréstimos junto às essas agências para executar as suas políticas públicas. Esse processo de transição democrática conduziu o país a um novo sistema político, centrado em um pensamento único e de inspiração ocidental, muitas das vezes sem considerar os processos históricos e culturais do país (Silva, 2021).

A situação econômica e financeira do país estava profundamente abalada pelas crises econômicas da década de 1970 e 1980. Como forma de tentar reverter essa situação, o país aderiu ao programa de Programa de Ajustes Estrutural[5] (PAE), um movimento global influenciado pelas novas políticas econômicas do FMI e BM. Já na década de 90, especialmente em 1995 o cenário econômico do país encontrava-se de seguinte modo, conforme Tamilton Gomes Teixeira (2017):

"A situação económica da Guiné-Bissau atingiu, em 1995, um ponto tão crítico que foi preciso o apoio do FMI e do BM. Em 1986, o BM apresentou um relatório confidencial no qual revelava os seguinte problemas econômicos: o excessivo consumo, quer particular quer público, provocando o aumento dos défices das dívidas existentes; produção agrícola mínima devido aos preços dos produtos demasiado baixos-enormes déficits no orçamento do Estado, provocados por um investimento essencialmente não produtivo, pelo aumento das dívidas e pelos atrasos no seu pagamento; grande expansão monetária, provocando inflação e desvalorização; grande dependência da ajuda externa" (Monteiro, 1996, p. 31 apud, Teixeira, 2017, p. 12).

Essa análise evidencia a quão crítica era a situação do país, transformando esse contexto em um momento propício para que o país se subjugue às regras de BM e FMI para poder lograr "ajuda" internacional.

As primeiras eleições gerais (legislativas e presidenciais) multipartidárias, na Guiné-Bissau, ocorreram em 1994, por meio de uma emenda constitucional de 1991, ratificada pelo Presidente Nino. O pleito contou com participação de diversos partidos políticos opositores ao PAIGC, entre os quais destacam-se: Frente de Libertação e Independência

[5] "A Guiné-Bissau experimentou quase uma década de Programas formais de Ajuste Estrutural com o apoio das instituições financeiras internacionais. Esses novos elementos organizados trouxeram novas visões para o país desde que esses programas foram iniciados em 1987. Após a independência em 1974, a Guiné-Bissau tentou implantar um sistema econômico planejado centralmente seguindo o modelo soviético. Assim, o país tornou-se extremamente fechado com um mínimo de comércio internacional. O governo fez alguns esforços para a industrialização com resultados desastrosos. A agricultura foi marcada pelo atraso e baixa produtividade. Os mercados domésticos eram dominados por grandes monopólios estatais e racionamentos extensos e severos" (Aguilar; Stenman, 1997).

Nacional da Guiné (FLING); Partido da Convergência Democrática, (PCD); Partido Democrático do Progresso (PDP); Partido da Renovação Social (PRS); Fórum Democrático (FD) e União Democrática da Oposição (UNIDO). Como era esperado, o PAIGC consagrou a vitória, embora alguns partidos da oposição conseguiram eleger número limitado de deputados (Silva, 2021).

Após o resultado das eleições gerais de 1994, a conjugação de descontentamento social, questionamentos políticos sobre o regime e às clivagens internas levou Nino a buscar aliados regionais, especialmente entre países francófonos. Nesse contexto, em 2 de maio de 1997, a Guiné-Bissau aderiu à União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA), e passou a utilizar o Franco das Colônias Francesas da África (Franco CFA). Com essa aderência, o país deixou de usar a sua unidade monetária própria, o "Peso", estabelecida em 1976, passando a integrar o sistema monetária da UEMOA (Sadjo, 2019).

A princípio, é importante frisar que todo o processo começou em novembro de 1995, quando a Guiné-Bissau formalizou seu pedido de adesão à organização, e esse requerimento de filiação só foi aprovado formalmente em maio de 1996, pelo conselho da União. De acordo com o que propõe, Aguilar e Stenman (1997), o ponto de virada para a entrada da Guiné-Bissau na UEMOA foi um acordo bilateral firmado com o Senegal em dezembro de 1995. Esse acordo tratava do uso dos recursos naturais comuns na fronteira entre os dois países, especialmente na área marítima estipulando que as reservas de peixe seriam divididas de maneira igualitária, enquanto os recursos minerais e petróleo seriam repartidos de forma desigual, com o Senegal recebendo 85% e a Guiné-Bissau ficando com 15% (Aguilar; Stenman, 1997).

Esse acordo entre os dois países pode ser analisado sob diversas perspectivas, especialmente considerando as abordagens do campo das Relações Internacionais, da geopolítica, da política internacional, e teorias de Relações Internacionais como os conceitos de ganho absoluto e ganho relativo. Do ponto de vista de ganho absoluto, o acordo pode ser considerado benéfico para a Guiné-Bissau, pois permitiu sua entrada em uma organização regional, oferecendo oportunidade para melhorar a economia, enfrentar a crise financeira e ganhar maior apoio político e regional.

No entanto, do ponto de vista do ganho relativo, a Guiné-Bissau saiu claramente em desvantagem. O acordo favoreceu mais Senegal, representando uma perda de poder e uma subjugação regional do país. Esse contexto coloca o país não apenas como dependente do vizinho, mas também como um Estado fragilizado, com capacidade limitada a lidar com problemas internos e pressões externas.

Nessa busca por aliados regionais, Nino decidiu colocar em choque a relação histórica que o país tinha com as forças separatistas de Casamansa. Ademais, com a adesão à UEMOA, o Senegal aumentou a pressão sobre Nino no sentido de impedir o tráfico de armas para Casamansa. Nesse contexto, Nino acusou Ansumane Mané, o então Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, de traficar armas para o MFDC, o que levou a exonerá-lo no dia 5 de junho de 1998. Temendo ser morto ou preso, Mané[6] tentou um golpe apenas dois dias após sua demissão e foi colocada em prisão domiciliar. Esse

[6] "Como o próprio Ansumane Mané disse através da Rádio Bombolom, a revolta foi levada a cabo para se proteger, pois havia sido na semana anterior destituído do cargo de chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, sob a alegação de que fazia contrabando de armas" (Sousa, 2016).

episódio desencadeou o conflito armado, que teve início nas primeiras horas de manhã de 7 de junho de 1998, com assassinato de alguns altos funcionários governamentais em uma emboscada numa das estradas que liga Bissau ao aeroporto, inclusive a morte de Rachid Saiegh nas zonas de Polon de Brá. A guerra começou no bairro de Santa Luzia, onde morava o general Mané (Bwock, 2015), (Gonçalves, 2022), (Rudebeck, 2001) e (Silva, Santos, 2014).

O que começou como um conflito de pequena dimensão acabou ganhando proporções muitos maiores, lançando o país numa guerra civil que durou 11 meses. Esse conflito teve consequências devastadoras, com estimativas de cerca de 3.000 mortos e 300.000 habitantes deslocados (os números podem ser subestimados devido à falta de evidências). Além do impacto humano, a economia, que já enfrentava crises e inflação, foi severamente prejudicada, enquanto o caos político e social se instalou no país. A instabilidade gerada por esse conflito prolonga-se, afetando o desenvolvimento e a governança do país até hoje (Silva; Santos, 2014).

Durante o conflito, diversos atores estiveram envolvidos, refletindo uma disputa de interesses geopolíticos tanto no plano regional como internacional. No âmbito interno Nino era suportado pelos "Aguentas[7] ou força governamental" e Mané pelos "Junta Militar"[8], ambas as forças estiveram ativamente no campo de batalha e constituíram o núcleo central do conflito no país.

No âmbito regional, com a adesão do país ao UEMOA, Nino solicitou a intervenção de tropas estrangeiras para reconquistar a sua legitimidade no país, passando a receber apoio dos países francófonos (Senegal e Guiné-Conacri). Por sua vez, Mané contou com amplo apoio do MFDC, o movimento no qual tinha mantido aliança. No plano internacional, era evidente a disputa pela hegemonia entre a França e Portugal, no país. Diga-se que, após o golpe de 1980, a relação entre a Guiné-Bissau, Portugal e Cabo-Verde esfriaram. Nesse contexto, Portugal via esse conflito como uma oportunidade para intervir na Guiné-Bissau e reduzir a influência da comunidade francófona e da França. Já Cabo-Verde, encarava o conflito como oportunidade de depor Nino no poder e "vingar" o golpe sofrido por Luís Cabral. Por outro lado, a França apoiou as forças senegalesas e conacri-guineenses (aliados de Nino) e as missões de paz da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), em conjunto com a sua força multilateral o Grupo de Monitoramento da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOMOG), liderada por países francófonos, visando manter Nino no poder e preservar a influência francesa no país (Gonçalves, 2022); (Silva, Santos, 2014).

Além disso, as análises de Silva e Santos (2014), indicam que, na ocasião, Portugal também "cedeu a Junta Militar um telefone-satélite permitindo-lhe a comunicar com o mundo, num gesto que foi muito mal acolhido pelos governantes bissau-guineenses, considerando que Portugal estava objetivamente a alinhar com a causa rebelde" (Silva e Santos, 2014).

Muito em razão da disputa entre as organizações e países envolvidos na missão de paz na Guiné-Bissau, a coordenação para a construção da paz acabou dificultada, e os próprios grupos em conflito não conseguiram criar confiança nessas instituições. Diversas

[7] Aguentas é o nome dado às tropas aliadas a Nino.
[8] Assim ficou conhecida tropas aliados a Mané durante o conflito.

estratégias de pacificação foram implementadas, entre as quais destacam-se mais a assinatura do "Memorândum de Entendimento entre os beligerantes, assinado a 28 de julho de 1998, e o acordo de cessar-fogo, assinado na capital cabo-verdiana a 26 de agosto de 1998". Com essa iniciativa, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi acusada de neocolonialismo, e, considerando o conflito como de natureza regional, a CEDEAO assumiu o controle da gestão da paz. Sob sua supervisão, foi proposto o acordo de Paz de Abuja, em 1 de novembro de 1998 (ratificado algumas vezes), permitindo a formação de um governo de união nacional (Gonçalves, 2022) e (Silva, 2021).

Em 1999, entretanto, ocorreu um conflito que levou Nino a buscar refúgio na embaixada portuguesa e posteriormente exilar-se naquele país. O conflito foi oficialmente encerrado em maio de 1999, com criação de um governo de unidade nacional, liderado por Malam Bacai Sanhá[9], cuja missão principal era organizar novas eleições. O primeiro turno de eleição aconteceu no dia 28 de novembro de 1999, e o segundo turno no dia 16 de janeiro de 2000, elegendo como vencedor o candidato Kumba Yalá (Gonçalves, 2022) e (Silva, 2021).

Essas reflexões permitem compreender que o conflito na Guiné-Bissau não se restringiu apenas em clivagens internas, mas foi amplamente influenciado pelas fortes pressões exercidas sobre o Nino por parte de Senegal e da França para impedir "o tráfico" de armas ao Casamansa. Tremendo perder esses aliados estratégicos, Nino decidiu demitir Mané. Esse conflito pode ser classificado como político e organizacional, em consonância com a abordagem de Ohana et al. (2016). Político porque foram as motivações políticas e institucionais que levaram a colisão e a essa guerra civil no país, ou seja, houve disputa pelo o controle do Estado e mudança de regime, envolvendo grupos organizados e foi conduzida por atores armados organizados, não por civis isolados. E por último, é organizacional porque ocorreu dentro do próprio aparelho do Estado, especialmente no seio das Forças Armadas, além disso, pode ser interpretado como um colapso organizacional do Estado e de suas instituições militares.

Portanto, em termos de métodos de análises de conflito foi utilizado o método de "Mapeamento de conflito[10]", proposto pelo Ohana et al. (2016). Nesta senda, apresenta-se como o mais adequado e ajuda a compreender esse conflito de melhor forma. Os diferentes níveis de análises nesse método permitem entender que esse é conflito de perfil político, causada por questões de interesses políticos, crispações étnico-sociais, e a disputa geopolítica, cuja principais atores são Nino, Ansumane Mané[11], CEDEAO, CPLP e MFDC. Além de ser um conflito de longa duração, de alta intensidade e violento, também pode ser considerado um conflito interestatal, pois abrange mais de dois países.

[9] "Depois de Nino ter sido destituído, Mané tornou-se provisoriamente chefe do Estado até 14 de maio de 1999, data em que Malam Bacai Sanhá, presidente da Assembleia Popular Nacional, foi nomeado presidente da República interino" (Sousa, 2015).
[10] "Este é um método visual para mostrar as relações entre as partes em conflito. Ele oferece a oportunidade de identificar aliados e oponentes reais e potenciais" (Ohana et al, 2016).
[11] "Ansumane Mané acabou por ser morto, juntamente com outros dois militares, durante uma troca de tiros com as forças governamentais na região de Biombo, no dia 30 de novembro de 2000" (Sousa, 2015).

O legado da guerra civil para a instabilidade política na Guiné-Bissau

O conflito civil de 1998 foi o resultado de diversas acusações envolvendo altos dirigentes do país. Por outro lado, essa contenda, assim como outros acontecimentos no seio da política guineense, demonstra como o país carece de mecanismos eficazes para resolução de conflitos por meio do diálogo. Ademais, mesmo após 11 meses de conflito, que causaram perdas irreparáveis, o país ainda não conseguiu se consolidar como um Estado seguro, estável, pacífico e comprometido com o respeito às ordens constitucionais e com progresso. Em toda sua história, apenas um presidente conseguiu concluir seus mandatos de cinco anos sem sofrer golpe de Estado.

Em linhas gerais, as consequências desse conflito armado de 1998 foram responsáveis pela instalação de um quadro de instabilidade na Guiné-Bissau. Essas consequências ficaram marcadas nas estruturas políticas, sociais e econômicas do país, pois, após o conflito observou-se que, a evolução sociopolítica não foi favorável à reconstrução e reconciliação nacional nem ao relançamento económico. Isso ocorreu devido a diversos problemas políticos e aos constantes golpes de Estado, o que obrigou o país a depender fortemente de conjuntura internacional em vez de desenvolver seus próprios projetos de desenvolvimento social (Nhasse, 2022).

Uma das consequências desse conflito está ligada à mudança no paradigma da detenção do poder, marcada pela introdução de discursos étnicos e religiosos nas abordagens políticas durante pleitos eleitorais, bem como pelo uso das Forças Armadas como meio de ascensão ao poder. Essa dinâmica acabou fazendo com que o poder político ficasse refém das Forças Armadas. Além disso, a mudança no paradigma da detenção do poder na sociedade guineense também constitui um factor que influenciou na eclosão do conflito. Neste sentido, tanto Cande Monteiro (2013), quanto o relatório final da Comissão organizadora da conferência nacional (2018), e Koudawo (2001), apontam que a implementação do multipartidarismo e um a difícil adaptação do PAIGC ao novo contexto pluralista são aspectos que contribuíram para esse conflito:

> *[...] A incompleta conversão do PAIGC em partido civil deliberadamente liberto das suas antigas ligações institucionais nas forças armadas nacionais; a difícil adaptação do antigo partido único, ao novo contexto pluralista onde, ao mesmo tempo que às oposições externas, deve fazer face a oposições internas que dão origem a conflitos mal geridos e cada vez mais agudos; os entraves ao surgimento de um verdadeiro Estado de direito com um poder despersonalizado, e instituições a funcionar nos estritos limites das suas competências; a prevalência da má governação com profundas deficiências da administração de Estado, uma ineficiência crônica na utilização dos recursos, uma permanente opacidade na gestão dos bens públicos, etc., conflito de 7 de Junho de 1998 sobrevém na confluência de todas estas causas profundas que durante onze meses, lhe imprimiram as suas marcas para fazerem dele uma crise multidimensional* (Koudawo, 2001).

Nessa mesma linha de pensamento, Barros, *apud* Jarjau (2019), afirma que, "desde o eclodir do conflito político-militar de 1998-99, a Guiné-Bissau passou a confrontar-se com maior frequência com ciclos de instabilidade política e governativa levando à

transição da sua categorização no concerto internacional de um Estado pós-Conflito para um Estado frágil, vivendo uma situação de paz altamente instável [...]". O não término de mandatos por parte dos políticos eleitos constitui um problema oriundo tanto da guerra quanto das formas de resolução de conflitos adotadas no país, desde o período de luta armada pela independência até décadas recentes. Apesar das consequências nefastas deixadas por essa guerra, os altos dirigentes guineenses ainda carecem de capacidades de resolver problemas por meio de diálogo, por isso, testemunha-se frequentes episódios de uso de violência no país.

As consequências dessa guerra podem ser averiguadas nas recentes tensões e instigações de caráter étnico, tendo em conta o apoio que Nino dispunha à época, majoritariamente proveniente da etnia Pepel, em confrontação com Juntas Militares, que contaram com forte apoio de membros da etnia Balanta. Outra questão relevante a ser considerada diz respeito à morte de quadros nacionais, que teriam sido perseguidos e maltratados durante o regime de Nino. Soma-se a isso a "marginalização de alguns setores das forças armadas, dando origem a um descontentamento crescente, que funcionou como motor para a instabilidade política, e para a multiplicação de conflitos político-militares, numa guerra fratricida, os ex-companheiros de luta de libertação nacional" (Jarjau, 2019). Nesse mesmo sentido O´Regan e Thompson, (2013) salientaram que:

> *Aparecimento da discriminação étnica, em especial no seio das forças militares, complicou ainda mais o agravamento das sucessivas crises na Guiné-Bissau. (…) na década de 1980, o Vieira começou a preencher as vagas do Estado com seus apoiantes, levando a sua própria etnia papel, a ter uma representação excessiva nas instituições, embora a questão da etnia fosse raramente nomeada em disputas ou debates políticos* (O´regan; Thompson, 2013).

Portanto, a tensão étnica e uso de pertencimento étnico como instrumento para obtenção de votos nas eleições na sociedade guineense não constituem uma novidade, pois "sempre foi utilizado pelos governantes, sobretudo no regime do Nino quando este temia a hegemonia Balantas nas forças armadas e promoveu os oficiais da sua etnia Pepel nas forças de segurança em detrimento dos valentes combatentes Balantas" (Jarjau, 2019). Essas evidências contribuem para a compreensão das consequências desse conflito e seus impactos na sedimentação do ódio e do ressentimento entre guineenses, refletindo-se ainda hoje, sobretudo nos conflitos observados entre esses grupos étnicos pela disputa da posse da terra.

Ademais, nas últimas eleições realizadas no país, observaram-se episódios marcados pelo uso de linhagem étnica e do pertencimento religioso nos discursos políticos como estratégia de obtenção de votos. Outrossim, o ex-presidente (Sissoco) tem, em diversas ocasiões, baseado suas falas em clivagens étnicas e religiosas. Portanto, constata-se que, na atualidade, ainda se manifestam os efeitos dessa guerra nos comportamentos dos atuais governantes, tanto no percurso de busca de votos durante período eleitoral quanto nos discursos públicos.

A partir de 2015, assistiu-se a nomeação e exoneração sucessivas de primeiros-ministros, evidenciando um quadro persistente de instabilidade política. Em 2019, foi realizada a eleição legislativa, na qual o candidato do PAIGC, Domingos Simões Pereira, saiu vencedor, contudo, não foi investido no cargo de Primeiro-Ministro, sob alegação do Presidente da República de falta de confiança. Em contrapartida, foi solicitado ao partido vencedor que indicasse outro nome, mas as propostas apresentadas continuavam a incluir previamente recusado. Desse modo, a história recente do país tem sido marcada por instabilidades políticas, no qual os governos não conseguem completar seus mandatos de quatro anos.

Ainda em 2019, o país realizou eleição presidencial, da qual saiu o vencedor candidato Umaro Sissoco Embaló, apoiado pelo Movimento para Alternância Democrata (MADEM G15), permanecendo no poder até uma alegada tentativa de golpe de Estado em 2025. Desde a sua ascensão, tem-se observado diversas intervenções consideradas ofensivas à margem da Constituição. Ademais, segundo o relatório da Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), que analisa a situação dos direitos humanos no país entre anos de 2020 e 2022, verifica-se uma escalada preocupante da corrupção, que estaria "a dizimar" o sistema de justiça guineense, bem como persistente falta de implementação das leis por parte do Governo.

No relatório, foi destacado algumas questões relacionadas à educação e à saúde, revelando que "28% das crianças em idade escolar não têm acesso à educação, enquanto a taxa de mortalidade materna aumentou, registrando 667 mortes a cada cem mil mulheres de 2020 a 2022". Além disso, o documento aponta que há ainda aponta que há "mais de 809 casos de violência baseada no gênero, sete casos de raptos e espancamentos, além de 82 conflitos impulsionados por acusações de feitiçaria, resultando em 37 mortes" (Dansó, 2024).

Esses números tendem a aumentar, tendo em conta o nível de instabilidade que o país enfrenta. O relatório destaca diversas violações de direitos humanos ocorridos nesse período, sobretudo ataques aos órgãos de comunicação social e jornalistas, sendo ataque à Capital FM um exemplo, além de agressões contra opositores políticos e ativistas políticos e dos direitos humanos, bem como detenções arbitrárias de vários líderes sindicais, entre outros casos. A atual situação vivida pela Guiné-Bissau demonstra como os atores políticos não estão suficientemente engajados com interesses nacionais, nem com o respeito à ordem constitucional e aos direitos humanos.

Por fim, conclui-se que boa parte da população guineense e seus políticos não conseguiram extrair lições significativas do conflito de 1998 e das diversas intervenções militares que marcaram o cenário político. É evidente que presidente Embaló partia de pressupostos semelhantes aos adotados por Nino antes da eclosão do conflito, especialmente em relação a atos como raptos, espancamentos e ataques aos opositores políticos. Essas ações acabam gerando crises políticas que afetam diversos setores cruciais, como o funcionamento efetivo dos órgãos do Estado, a saúde, a justiça e a educação, resultando em retrocessos drásticos e comprometendo gravemente os direitos da população.

Tecnicamente, a situação político-social e econômica que o país ultrapassa é uma das mais graves, devido às atrocidades cometidas. Apesar de ser independente há mais de

cinco décadas, a Guiné-Bissau ainda não se consolidou como um Estado democrático e estável, muito em razão de diversos fracassos ocorridos ao longo dos anos desde a independência. Diante dessa gravidade, o balanço do percurso do país pode ser considerado negativo, considerando os múltiplos fatores que afetam a vida da população guineense. Seria, portanto, utópico pensar no progresso do país sem colocar os interesses do povo como prioridade.

Considerações finais

No presente estudo, foram destacados um dos períodos marcantes da história da Guiné-Bissau, desde o primeiro golpe militar, passando pela adesão ao UEMOA, até a eclosão do conflito armado de 1998. Ao longo do artigo, procurei demonstrar que a entrada da Guiné-Bissau na UEMOA, por si só, não pode ser considerada a causa principal ou direta da guerra. No entanto, ela deve ser compreendida como parte de um contexto mais amplo de fatores, incluindo tensões políticas, crispações socioeconômicas, tensões interétnicas e pessoais, corrupção, violência estrutural herdada de luta de libertação nacional, que contribuíram para criar um ambiente propício ao conflito. O principal estímulo, entretanto, foi um conflito de poder dentro das forças armadas, aliado a uma prolongada crise de governança. Ademais, este estudo revelou que o país enfrentou condicionantes histórico significantes antes de poder integrar a essa organização regional.

Em síntese, a análise da história política e social da Guiné-Bissau evidencia que o país é marcado por ciclos de instabilidades, crises de governança e tensões étnicas, desde período pós-independência até dias atuais. O conflito armado de 1998 e suas consequências expuseram fragilidades estruturais do Estado, revelando a incapacidade das elites políticas de resolver disputas por meio do diálogo e de priorizar o interesse nacional. A recorrência de golpes, intervenções militares e a manipulação de discursos étnicos e religiosos demonstram que a instabilidade política está profundamente enraizada, refletindo-se na precariedade de setores essenciais como saúde, educação e justiça.

Durante esta investigação, constatou-se que, no decorrer do conflito, houve forte disputa geopolítica, sobretudo, entre as duas principais organizações, CEDEAO e CPLP. Essa disputa de interesse entre as partes dificultou qualquer tentativa efetiva de mediação internacional do conflito, bem como a resolução das crises e a consolidação de um Estado democrático. As constantes instabilidades políticas e inseguranças que o país tem vivido impedem que a população experimente um verdadeiro desenvolvimento. Como apontado por Djau (2020), durante muito tempo o país "tornou-se refém de uma classe política que não se entende e sem vontade nenhuma de colocar os interesses do povo ao nível prioritário, tal como é suposto numa democracia, que manipula as forças de defesa e confunde a opinião pública" (Djau, 2020).

Tendo em vista esses fatores, torna-se urgente que os atores políticos guineenses reconheçam a gravidade dos acontecimentos e evitem o uso de discursos de cunho étnico e religioso, passando a priorizar os interesses da população e promoção da união nacional. Além disso, é imprescindível que o Estado guineense valorize e defenda o interesse nacional, sobretudo frente às pressões externas, mantendo-se comprometido

com os direitos humanos. Deve-se compreender, ainda, que a construção da paz e estabilidade exige um ambiente de respeito à ordem constitucional e jurídica, bem como a observação rigorosa das normas democráticas.

Por fim, evidenciou-se que, para que o país pudesse aderir a UEMOA, foi necessário cumprir diversas exigências e acordos de subjugação, o que acabou contribuindo para percepção internacional da Guiné-Bissau como um Estado frágil, incapaz de lidar com seus problemas internos e pressões externas. A integração à UEMOA e as pressões geopolíticas externas evidenciam ainda mais a vulnerabilidade do país diante de desafios internacionais. Nesse contexto, é importante lembrar que a geopolítica exige a existência de um projeto nacional coeso e bem estruturado, capaz de lidar com vizinhos independentemente de governo vigente. Isso inclui possuir uma Força Armada robusta para defender a soberania e os interesses nacionais, um sistema de saúde apto a enfrentar doenças, pandemia ou epidemia, autonomia em relação a soberania alimentar, energética e tecnológica, entre outros aspectos. Em suma, é fundamental que o país seja efetivamente dono do seu próprio destino.

Referências

Aguilar, Renato; Stenman, Åsa (1997). Guinea-Bissau: from structural adjustment to economic integration. *Africa Spectrum*, v. 32, n. 1, p. 71–96. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/40174695. [Acesso em: 19 ago. 2025].

Bottino, Mattia (s.d.). Casamansa: lusofonia e conflitos na África ocidental. Disponível em: Casamansa: lusofonia e conflitos na África ocidental - PGL [Acesso em: 11 de abril de 2024].

Carvalho. Norberto Tavares de (2008). O Dever da Memória (I). Projeto Guiné-Bissau: Contributo. Genève, outubro. Disponível em: O Dever da Memória (I) " O Caso 17 de Outubro" 1Didinho.orghttps://www.didinho.org › Arquivo › DeverdaM… [Acesso em: 22.agosto.2025].

Cassama, Daniel Júlio Lopes Soares (2014). Amílcar Cabral e a independência da Guiné Bissau e Cabo Verde. 95 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Araquara - SP, 2014.

Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (2015). A partir de uma CEDEAO dos Estados para uma CEDEAO dos Povos. Disponível 11 em: https://ecoslate.github.io/sobre-cedeao/informacao-basica/-lang=pt-pt.htm [Acesso em: 09 de outubro de 2023].

Constituição da República da Guiné-Bissau. De 24 de setembro de 1973. Disponível em: *Const-Guine-73.pdf (unl.pt) [Acesso em: 12 de abril de 2024].

Dansó, Iancuba (2024). LGDH reprova Sissoco, denunciando violência e corrupção. Deutsche Welle. Disponível em: LGDH reprova Sissoco, denunciando violência e corrupção – DW – 18/01/2024 [Acesso em: 17 de abril de 2024].

Diallo, Mamadou Alpha (2016). A integração regional na África Ocidental (1960-2015): balanço e perspectivas. Revista Brasileira de Estudos Africanos e-ISSN 2448-3923 | ISSN 2448-3907 | v.1, n.1, Jan./Jun.| p 243-263.

Djau, Saliu (2020). Guiné-Bissau: 22 anos depois da Guerra Civil de 1998-99. Casa das aranhas. Disponível em: Guiné-Bissau: 22 anos depois da Guerra Civil de 1998-99 - Casa das Aranhas [Acesso em: 17 de abril de 2024].

Fonseca, J. J. S. /2002). Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC.

Gil, António Carlos (2008). Delineamento da pesquisa. In Métodos e técnicas de pesquisa social. Ed, São Paulo: Atlas.

Gomes, Daniel Filipe Franco (2014). O 14 de Novembro de 1980 na Guiné-Bissau visto pela Imprensa Portuguesa. Análise Comparativa. Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra. Aluno de Doutoramento em Estudos Contemporâneos. Revista Portuguesa de História. Coimbra.

Gonçalves, Mário Elisandro Correia (2022). A CEDEAO e a gestão dos conflitos violentos na África Ocidental: a intervenção no conflito violento de 1998-99 na Guiné-Bissau. Journal of the global South conjuntura austral. Rev. Conj. Aust. | v.13, n.64 | out./dez.

Jarju, Abdou (2019). A instabilidade crónica da Guiné-Bissau: do golpe de Estado de 1980 – 2018. Universidade Católica Portuguesa - Instituto de Estudos Políticos. Lisboa.

Koudawo, Fafali (2001). Cabo-Verde e Guiné-Bissau da Democracia Revolucionaria a Democracia Liberal, coleção Kaku Martel, serie Ciências Sociais, Nº 14 "INEP, impressão Nova gráfica.

Nhasse, Colna Francisco (2022). Guiné-Bissau: um estudo sobre o impacto da Guerra Civil de 1998/99 no processo de desenvolvimento socioeconômico (2000-2019). Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde.

Nhaslambé, Luís Carlos Mida (2024). Processo decisório em política externa: como as características constitucionais da Guiné-Bissau contribuem para a instabilidade política crônica do país. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, São Francisco do Conde.

Ohana, Yael et al (2016). Le rôle des jeunes dans la transformation des conflits, Hors collection, Editora: Conseil de l'Europe.

O´Regan, David; Thompson, Peter (2013). Promover a estabilidade e Reconciliação na Guiné-Bissau: Lições do Primeiro Narco-Estado de África, Relatório Especial do CEEA. Disponível em https://africacenter.org/wp-content/uploads/2016/06/ASRO2

Sadjo, Braima (2019). Os impactos socioeconômicos da globalização na África Ocidental: O caso do Franco CFA na Guiné-Bissau (1997-2017). Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Acarape.

Silva, Francisco Henriques Da; Santos, Mário Beja (2014). Da Guiné Portuguesa a Guiné-Bissau: Um roteiro. 1. edição Porto, Março.

Silva, Nelo Francisco Da (2021). Poderes Estatais e Autoridades Tradicionais na Guiné-Bissau (1994 – 2018). Universidade Federal da Fronteira Sul Campus ERECHIM.

Sousa, Gabriel de. 30 de novembro - Ansumane Mané. TopaTudo. 2015. Disponível em: https://topatudo.blogspot.com/2015/11/30-de-novembro-ansumane-mane.html [Acesso em: 25,agosto.2025].

Teixeira Gomes, Tamilton (2017), As políticas econômicas e análises de programa de ajustamento estrutural em África: Estudo de caso da Guiné-Bissau a partir dos anos de 1980. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Acarape.